

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS - Campus Bauru

MARIANA GODOY DE PAULA

A ADAPTAÇÃO DE BEBÊS NA CRECHE:

UM ESTUDO DE CASO

BAURU

2018

MARIANA GODOY DE PAULA

**A ADAPTAÇÃO DE BEBÊS NA CRECHE:
UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista, Campus Bauru.

Orientadora: Prof.^a Adj. Rita Melissa Lepre

BAURU

2018

Paula, Mariana Godoy de.

A adaptação de bebês na creche: um estudo de caso / Mariana Godoy de Paula, 2018

55 f. : il.

Orientador: Rita Melissa Lepre

Monografia (Graduação)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2018

1. Educação Infantil. 2. Creche. 3. Adaptação Escolar. 4. Acolhimento. 5. Família. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

MARIANA GODOY DE PAULA

**A ADAPTAÇÃO DE BEBÊS NA CRECHE:
UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista, Campus Bauru.
Orientadora: Prof.^a Adj. Rita Melissa Lepre.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Adj. Rita Melissa Lepre.

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Monteiro Kobayashi.

Prof.^a Ms. Eliane Morais de Jesus Mani.

BAURU

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me proporcionado saúde, alegria, sabedoria, paciência, bênçãos e por ter me guiado e me iluminado nessa jornada da vida com Seu grande, infinito e poderoso amor.

Agradeço também aos meus pais e pela vida que tenho hoje; se estou me formando, foi por que eles sempre acreditaram e me apoiaram.

Agradeço ao meu noivo pela paciência, apoio e por sempre me incentivar nos momentos de alegria, de guerras e dificuldade durante essa trajetória.

Agradeço a todos os professores pelos quais passei e, em especial, à minha querida orientadora, Prof.^a Adj. Rita Melissa Lepre, pela dedicação e incentivo que foram de grande contribuição, além de ter sido um grande exemplo como educadora dedicada e esforçada.

Agradeço a todos: escola, diretora, professora e mães que colaboraram com a pesquisa.

Agradeço à todas as pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte da concretização desse trabalho.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso buscou responder a pergunta: Como acontece o processo de adaptação escolar de crianças quando são inseridas na creche? Teve como objetivo geral conhecer e analisar o processo de adaptação escolar de crianças iniciantes no acesso à creche, em uma instituição particular no interior do Estado de São Paulo, assim como refletir sobre a importância desse processo para as crianças que estão iniciando sua vida escolar e também como deve ocorrer o acolhimento, valorizando uma adaptação mais rápida e tranquila, levando em conta os sentimentos dos pais, por estarem deixando seus filhos em um ambiente desconhecido. Durante o desenvolvimento do estudo foi apresentada a história das creches no Brasil e as mudanças que sofreram ao passar dos anos, até chegar no contexto atual. O histórico dessas instituições destaca-se como uma conquista social, partindo do cunho assistencialista até chegar à sua legalização como um direito da criança à Infância e dever do Estado, integrando a creche à primeira etapa da educação básica, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Foi adotada uma perspectiva teórico-metodológico para analisar esse processo de adaptação, baseado em um estudo de caso que acompanhou a inserção de dez crianças em uma creche. Registrou-se a situação a partir de observações e entrevistas com a diretora, professora e três pais/responsáveis. Notou-se, por meio das experiências e dados coletados que esse processo é um momento complexo tanto para as crianças e os familiares quanto para os educadores e, por esse motivo, deve ser um processo de acolhimento, bem planejado, estruturado, envolvendo carinho e afeto, a fim de amenizar o possível sofrimento vivido, tornando uma etapa mais tranquila e menos assustadora para a criança.

Palavras-chave: Educação Infantil. Creche. Adaptação Escolar. Acolhimento. Família.

ABSTRACT

This study aimed to answer the question: How does the process of school adaptation of children when we insert them in a daycare center? The overall aim was not only to know and to analyze the process of school adaptation of beginning children in access to a daycare center, in a private institution in Bauru, São Paulo but also to reflect on the importance of this process for children who are starting their school life. Furthermore, we reflect on about how the reception should occur, valuing a more rapid and calm adaptation, and considering the feelings of the parents, for leaving their children in an unknown environment. During the development of the study, we presented the history of daycare centers in Brazil and the changes occurred over the years, until the current context. The history of these institutions is a remarkable social achievement; starting from an assistance perspective until it reaches its legalization as a right of the child to the Childhood. Furthermore, it became a duty of the State, and integrating the daycare center to the first stage of basic education, as foreseen in the Federal Constitution of 1988 and the 1996 National Education Guidelines and Bases Act. We analyzed this adaptation process from a theoretical-methodological perspective, based on a case study that followed the insertion of ten children in a daycare center. This was recorded based on observations and interviews with a principal, a teacher, and three parents/guardians. We observed through the experiences and the data collected that this process is a complex moment for both, the children and the families, and for the educators. For this reason should be a well-planned, a structured reception process, involving care and affection, in order to reduce the possible suffering, making the stage calmer and less frightening for the child.

Keywords: Early Childhood Education. Daycare Center. School Adaptation. Reception. Family.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 A Educação Infantil no Brasil: ênfase na creche	14
2.1.1 Aspectos Legis que Normatizam a Educação Infantil no Brasil	16
2.2 A criança de zero a três anos: Contexto histórico e aspectos do desenvolvimento	20
2.2.1 O desenvolvimento da criança	24
2.3 Adaptação de crianças à creche	31
2.3.1 Práticas e Atitudes para promover a adaptação escolar na Educação Infantil (ou Creches)	32
3 METODOLOGIA	35
3.1 Participantes	35
3.2 Local	36
3.3 Instrumento para coleta de dados	36
4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	38
4.1 As observações	38
4.1.1 Observações em relação aos pais e/ou responsáveis	38
4.1.2 Observações em relação à escola	40
4.1.3 Observações das crianças	42
4.2 Entrevistas	45
4.2.1 Entrevista com a coordenadora	45
4.2.2 Entrevista com a professora	46
4.2.3 Entrevista com pais e/ou responsáveis	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história da Educação Infantil o processo de adaptação escolar foi, por muitas vezes, resumido a um período de espaço e de tempo determinado pela própria escola, com o objetivo único de fazer com que as crianças ingressantes se acostumassem com o ambiente oferecido. Entendemos, no entanto, que a adaptação escolar é um processo muito mais importante e nesse Trabalho de Conclusão de Curso terá o sentido de:

Falamos em adaptação sempre que enfrentamos uma situação nova, ou readaptação, quando entramos novamente em contato com algo já conhecido, mas por algum tempo distante do nosso convívio diário. O processo de adaptação inicia com o nascimento, nos acompanha no decorrer de toda a vida e ressurgue a cada nova situação que vivenciamos. Sair de um espaço conhecido e seguro, dar um passo à frente e arriscar-se, tendo como companhia o desconhecido para o qual precisamos olhar, perceber, sentir, avaliar, nos leva às mais diferentes reações: permanecer no espaço seguro e protegido, seguir adiante ou desistir e voltar atrás. (DIESEL, 2003, p.10)

Essa pesquisa buscou responder a pergunta: Como acontece o processo de adaptação escolar de crianças quando são inseridas na creche? Para isso, nosso objetivo geral foi o de conhecer e analisar o processo de adaptação escolar de crianças iniciantes no acesso à creche, em uma instituição particular no interior do Estado de São Paulo. Iremos refletir sobre a importância do processo de adaptação para as crianças que estão iniciando sua vida escolar e também como deve ocorrer o acolhimento, valorizando uma adaptação mais rápida e tranquila, levando em conta ainda, os sentimentos dos pais de ansiedade e insegurança, por estarem deixando seus filhos com pessoas desconhecidas.

A Educação Infantil se constitui como primeira etapa da educação básica, com o intuito do desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, quanto aos aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, de maneira complementar à ação da família e comunidade (BRASIL, 1996), dividindo-se entre a creche, para crianças de zero a três anos de idade, e a pré-escola para crianças de quatro e cinco anos de idade.

A adaptação é um processo de mudança, crescimento e desenvolvimento. É o momento em que tanto as crianças como os pais passam a criar novas relações afetivas com um novo grupo que se encontra na sociedade: o começo da vida escolar. A partir de então, são realizados novos relacionamentos, ampliando o mundo social da criança que, até então, tinha contato apenas com seus familiares.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009), a criança é definida como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2009, p. 12).

Nesse período de adaptação, considerando sua importância, quando a criança pequena frequenta a escola pela primeira vez, tanto aquela que terá um novo nível de escolaridade ou mudou de escola, o professor deve fazer o papel de facilitador desse processo, de forma lúdica, atrativa, segura e prazerosa, dando início ao processo de ensino-aprendizagem.

As atividades do período de adaptação incluem o conhecimento do espaço da escola, como o refeitório, o banheiro e a parte que eles mais gostam: o parque, além da integração às rotinas, como ouvir histórias, cantar, brincar, desenhar e o conhecimento das regras e do pessoal (professoras, coordenadora e outros funcionários).

Durante o processo de adaptação, cada criança tem uma determinada reação com relação à separação dos pais, sendo que algumas, para expressarem o que estão sentindo, podem chorar ou ficar muito caladas; adoecer, recusar-se a brincar, a comer, a dormir. De acordo com Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998):

Algumas crianças podem apresentar comportamentos diferentes daqueles que normalmente revelam em seu ambiente familiar, como alterações no apetite; retorno às fases anteriores do desenvolvimento (voltar a urinar ou evacuar na roupa, por exemplo). Podem, também, adoecer; isolar-se dos demais e criar dependências de um brinquedo, da chupeta ou de um paninho (BRASIL, 1998, p. 80).

Porém, o choro é quase sempre a reação mais marcante, ocorrendo com frequência ao longo do processo de adaptação. Em conformidade com os RCNEI (BRASIL, 1998), há quem pense que, se a criança insistir em chorar, não se deve pegá-la no colo, para evitar a manha, porém o caminho a seguir é o inverso, buscando acalantar a criança, acalmar sua insatisfação e mostrar-lhe algo agradável, para que ela se distraia. Em casos assim, deve-se usar do acolhimento e da afetividade.

É de grande importância que a criança, quando inserida na escola, crie um vínculo afetivo com pelo menos um educador ou uma educadora. Este educador

deve-se aproximar-se da criança, sentir sua emoção e interagir com ela, pois, com isso, a criança poderá sentir-se segura e capaz de estabelecer vínculos de confiança com outros funcionários presentes na escola.

Também é papel do professor observar e manter diálogo com o grupo e com cada estudante que está presente no processo, a fim de conhecer suas características e preferências, suas experiências e as formas de ser e estar no mundo. O período de adaptação precisa favorecer o conhecimento mútuo, a interação com colegas e adultos.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017): “nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo.” (BRASIL, 2017, p. 34). Para a efetivação de uma adaptação compromissada com o acolhimento, é importante levar isso em consideração; além do educar, deve-se pensar no cuidar, no acolher. Cada escola tem uma forma diferente ao planejar o período de adaptação e, cada uma dessas formas, demonstra qual a concepção de educação e de aluno que direcionam sua prática. A adaptação é necessária e o acolhimento é que garantirá a qualidade dessa adaptação.

O planejamento é muito importante, por isso é necessário, anteriormente à adaptação, traçar um roteiro de como se dará a chegada desses alunos, sejam eles novos ou não, em seus primeiros dias. Pensar em tempos, quais espaços serão utilizados, os materiais e atribuições de cada profissional da escola são alguns tópicos essenciais para garantir a qualidade da adaptação. Outro aspecto de grande importância é que a escola planeje atividades e materiais adequados para esse período, aproximando ao que o aluno vivenciará no dia a dia, para que falsas expectativas não sejam criadas. Como cita o RCNEI (BRASIL, 1998):

O professor pode planejar a melhor forma de organizar o ambiente nestes primeiros dias, levando em consideração os gostos e preferências das crianças, repensando a rotina em função de sua chegada e oferecendo-lhes atividades atrativas. Ambientes organizados com material de pintura, desenho e modelagem, brinquedos de casinha, baldes, pás, areia e água etc., são boas estratégias (BRASIL, 1998, p.82).

É necessário que a escola realize uma reunião, antecedendo a adaptação, com todos os funcionários, para que seja trabalhado o assunto e para compartilhar que cada um, dentro de suas atribuições, é corresponsável pelo processo de adaptação e acolhimento dos alunos. Pois fazer com que as crianças se sintam bem

e o mais à vontade possível, no seu novo ambiente de convívio, se coloca como algo fundamental no trabalho realizado na Educação Infantil.

Uma outra reunião deve ser realizada pela escola com os familiares das crianças, juntamente com os professores, auxiliares e coordenadores, a fim de se conhecerem e discutirem, de forma conjunta, quais são suas preocupações e aflições com a nova situação, bem como ficarem a par do funcionamento da escola, da rotina que seus filhos terão e os espaços da instituição. A conversa com os professores traz segurança aos pais e possibilita que, aos poucos, dividam a tarefa de educar a criança. Como afirma Bestetti (2007),

Fazer conhecer a creche, a modalidade de *inserimento*, dar informações, mas, sobretudo permitir aos pais de expressarem as próprias expectativas no confronto com o serviço e a preocupação relativa ao momento da separação é o objetivo principal da primeira reunião. (BESTETTI, 2007, p. 65).

Nesse momento, em que as crianças estão se adaptando e se sentindo insegura, a ajuda dos pais é de grande relevância. Para a família, a mãe principalmente, essa separação é muito difícil, pois ela possui um vínculo afetivo muito forte com a criança. Em muitos casos, esse ingresso na escola é a primeira experiência de separação familiar. Porém é muito importante que ao ver o choro do filho, não o leve de volta para casa ou chore junto, pois ao agir dessa forma, prolongará ainda mais o processo de adaptação. A mãe deve ser forte e confiante para que isso seja transmitido à criança.

Alguns autores, como Rapoport (2005), dizem que, nesse período, é importante que a família participe ativamente em sala de aula juntamente com a criança, a fim de auxiliar na exploração do ambiente desconhecido, na relação com as demais crianças que lá encontrarão e com a professora. Conforme o período de permanência das crianças for aumentando, a visita dos pais deve diminuir aos poucos. Isso deve ser combinado antes pela escola, na reunião.

Contudo, não há algo pronto ou definido para a adaptação de crianças na creche, mas existem sim alguns pontos que ajudam nesse processo como, por exemplo: abreviar os horários na primeira semana de adaptação; a presença de um familiar que seja referência para a criança e a faça se sentir confortável; brincadeiras e atividades pedagógicas, podendo ser realizadas ao ar livre ou mesmo no pátio da escola; a constante comunicação com os familiares a respeito de choros,

alimentação, comportamento e, principalmente, atitudes acolhedoras e afetivas que transmitam confiança para que o elo professor-aluno seja estabelecido.

Assim, para aprofundarmos conhecimento sobre a relevância da adaptação escolar para os bebês na creche abordaremos os assuntos da seguinte maneira:

Primeiramente, se destaca a história da Educação Infantil no Brasil enfatizando as creches como espaço de cuidar e educar para as crianças de zero a três anos de idade, considerando, pois, que trazer à tona esse histórico é de grande importância, sobretudo pelas transformações vivenciadas neste âmbito nas últimas décadas.

Na sequência, elenca-se temáticas que tratam sobre a criança e a infância, sob a perspectiva do reconhecimento ao longo da história humana, enfatizando as características da criança de zero a três anos de idade. Ainda, aborda-se a adaptação escolar para crianças quando vivenciam o acesso à creche.

Em seguida, apresenta-se o percurso metodológico do estudo, incluindo a análise e discussão dos dados da pesquisa. Por fim, apontamos os resultados como considerações finais, evidenciando possibilidades e sugestões sobre práticas e atitudes a serem adotadas por profissionais da educação infantil para o acolhimento de crianças e seus familiares por ocasião do ingresso na creche, viabilizando um processo harmonioso e prazeroso para todos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Educação Infantil no Brasil: ênfase na creche

A Educação Infantil se estabelece como a primeira fase da Educação e, assim sendo, ela representa a base do ensino fundamental e para o desenvolvimento das crianças. É nesta etapa que as crianças têm o primeiro contato com uma educação formal, com outras crianças da mesma faixa etária, como também com outros adultos que não sejam do seu vínculo familiar. Por esse motivo, por estar em contato com um novo ambiente, novas pessoas, as crianças passam a demonstrar seus anseios e a escola deve entrar nesse ponto e procurar buscar maneiras de colocá-las a par do processo educativo.

Com esse pensamento, procuramos trabalhar, de forma sucinta, algumas questões que tragam a compreensão do processo histórico e social da Educação Infantil, focando na adaptação escolar e acolhimento das crianças que entram na creche, como também a trajetória de como surgiu o sentimento de infância na sociedade.

Segundo Kuhlmann Jr (1998), a história das instituições de Educação Infantil estabelece uma estreita relação com questões que se referem à história da infância, da sociedade, da família, do trabalho e da urbanização, entre outras dimensões. Vários estudos destinados à história da infância, da criança e da Educação Infantil nos revelam a amplitude dessas concepções que se relacionam com diferentes vertentes, como a história da assistência, da família e da Pedagogia.

Durante um considerável tempo, a Educação e o cuidado das crianças pequenas eram considerados papel exclusivo da família, principalmente da mulher, como mãe. A criança pequena não possuía sua identidade pessoal, assim que elas desmamavam e começavam a atingir um grau de independência, eram consideradas como um pequeno adulto, ajudando em afazeres domésticos. Por essa razão, as primeiras denominações das instituições infantis trazem como referência esse tipo de relação.

No período que antecedeu a Proclamação da República, foram criadas entidades que tinham o amparo como finalidade, principalmente combater a mortalidade infantil. Nesse período, ainda não eram esclarecidos conceitos sobre as particularidades da criança, a mesma era “[...] concebida como um objeto

descartável, sem valor intrínseco de ser humano” (RIZZO, 2003, p.37). Com o passar do tempo, foram sendo criados espaços direcionados às crianças pequenas.

Creches e pré-escolas tiveram origens completamente diferentes. Enquanto as pré-escolas já nasceram no bojo da educação, a partir das ideias de Froebel, na Alemanha, em 1869, as creches nasceram da iniciativa privada, tanto na Europa como no Brasil. Da iniciativa de mães trabalhadoras, igrejas, senhoras da alta sociedade, sindicatos, sem apoio governamental, como forma de atender aos mais pobres. Seu caráter era absolutamente assistencialista e filantrópico e o objetivo explícito era a guarda da criança. As creches surgiam como uma demanda do próprio capitalismo, como forma de preservar a criança filha de famílias trabalhadoras, com necessidade de organização social frente à expansão dos centros urbanos e a necessidade da mãe trabalhadora (ORTIZ, 2012, p. 19).

A partir do século XX, o Brasil iniciou um processo de grande modernização e industrialização. As mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho e as crianças não tinham com quem ficar ou para onde ir, porém precisavam de cuidado. Começaram a aparecer as mães mercenárias, aquelas que tomavam conta de um tanto de crianças juntas para que as mães pudessem trabalhar. Foi nesse período que, por conta das péssimas condições e preparo desses locais, o número de mortalidade infantil aumentou e, por falta da mãe, as crianças ficavam mais vulneráveis e tristes.

Surgiram então, nessa época, as primeiras creches. A princípio, elas preenchiam essa necessidade para a classe trabalhadora e tinham como objetivo principal, o atendimento aos filhos dessa classe. Essas creches não tinham um lugar de destaque na formação da criança pequena: não era valorizado um trabalho voltado para a educação intelectual e afetiva das crianças, mas era considerada como uma instituição assistencial que cuidava, abrigava e atendia as necessidades físicas, como alimentação e higiene, na ausência dos familiares.

Até a década de 1960, no Brasil, as creches e as pré-escolas eram filantrópicas ou mantidas pelos próprios familiares que deixavam suas crianças e organizavam seu espaço e seu cotidiano em função de alimentar, higienizar e dar segurança física às crianças, isto é, possuíam um caráter assistencial. Os profissionais que atuavam não tinham formação e sua atuação era restrita aos cuidados básicos de higiene e regras de bom comportamento.

Posteriormente, a Educação passa a ter um caráter compensatório, pois pensavam que o fracasso escolar estava relacionado à pobreza, ou seja, as crianças tinham um rendimento mais baixo por serem carentes de cultura. Com isso, a Educação Infantil compensaria essas carências para que, quando as crianças

ingressassem no ensino fundamental, seu rendimento fosse maior, desta forma, a Educação Infantil começa a ser vista como uma fase preparatória para a escolarização posterior.

Na década de 1970, o setor privado da educação pré-escolar foi desenvolvido de forma intensa e foi criado para as classes média e média alta. Creches e berçários, mantidos por entidades particulares para crianças de classe média, cresceram em numerosa quantidade, em geral para atender os

“filhos de profissionais liberais e que defendiam a creche como instituição educativa voltada para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança. Nos grandes centros urbanos, neste período, a reivindicação de amplas parcelas da população por creches intensificou-se e adquiriu conotações novas, saindo da postura de aceitação do paternalismo estatal e empresarial e exigindo a creche como um direito do trabalhador e dever do Estado” (GOHN, 1985 *apud* OLIVEIRA, 1988, p.49).

Com o aumento da demanda por pré-escolas, nessa década, a educação infantil passou por um processo de municipalização. O caráter da educação agora não era mais assistencialista ou compensatório, mas a pré-escola tinha uma função educativa. Muitos educadores da época discutiram o papel das creches e pré-escolas e elaboraram novas programações pedagógicas visando o desenvolvimento cognitivo e linguístico.

No Brasil, os avanços que aconteceram na educação infantil enfrentaram um processo de melhoria, de forma lenta, até a década de 1970. Ela se dividia em dois setores, o das crianças pequenas, que eram vinculadas aos sistemas educacionais, e os bebês, o qual a educação cabia aos órgãos da saúde e de assistência. De acordo com Kuhlmann Jr (2000):

[...] é durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxe para a sociedade e para a educação brasileira, que se inicia esta nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. A legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica (KUHLMANN JR, 2000, p. 6).

Dada a importância das transformações ocorridas quanto as concepções de criança e de Educação, são destacados a seguir as normas legais que sustentam os direitos da criança, bem como a organização escola para a Infância.

2.1.1 Aspectos Legais que Normatizam a Educação Infantil no Brasil

A Constituição Federal de 1988, art.208 (BRASIL, 1988), garantiu a educação de crianças com idade de zero a seis anos em creches e pré-escolas como direito do cidadão e dever do Estado e incluiu a creche no Sistema Educacional, destacando também, a municipalização da Educação Infantil no art.211. Assim, a criança é constituída como sujeito de direitos, conforme está disposto no art.227, da carta magna:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p.117).

Porém mesmo após a elaboração da Constituição Federal de 1988, que definiu a Educação Infantil como parte do processo educativo do ser humano, Oliveira afirma que:

“[...] a insuficiência do número de crianças atendidas nas creches pressionava o poder público a incentivar outras iniciativas de atendimento à criança pequena. Eram as “mães crecheiras”, os “lares vicinais”, “creches domiciliares” ou “creches lares”, programas assistenciais de baixo custo estruturados com a utilização de recursos comunitários, tal como ocorria em muitos países do chamado Terceiro Mundo” (OLIVEIRA, 2005, p. 114).

Somente na década de 1990 a Educação Infantil começa a desenvolver sua identidade, passando a ser reconhecida como um lugar de Educação, um local onde as crianças aprendem conteúdos e novos conhecimentos. Houve, também, uma mudança referente ao olhar estabelecido à criança que passa a ser vista como um ser ativo no processo de aprendizagem, ganhando um papel na Educação.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº8.069 (BRASIL, 1990) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. O ECA ratificou os dispositivos enunciados na Constituição Federal. Assegurando à criança, no art. 3º, a garantia de gozar “[...] de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, a partir de todas as oportunidades e facilidades, proporcionando o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em circunstância de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1990, S/P).

Entre os direitos sancionados na referida legislação, observamos especialmente o Capítulo II, que trata da liberdade, do respeito e da dignidade, principalmente o inciso II, que considera a opinião e expressão das crianças e, no inciso IV, o direito a brincar, praticar esportes e divertir-se. Ainda, o art.17 determina

o respeito à identidade e autonomia, entre outros aspectos citados nessa lei. A opinião e a expressão das crianças garantidas, a partir de então, pela lei valorizam sua própria identidade e autonomia, enquanto indivíduos que atuam socialmente (BRASIL, 1990, S/P).

Mais tarde, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº9.394, que regulamenta, no art. 29, o direito à educação infantil, afirma que a “[...] primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). Ainda que o art. 11, inciso V, desta lei, indica prioridade ao ensino fundamental, o que pode provocar interpretações equivocadas, no sentido de uma modalidade se sobrepor a outra. Contudo percebemos os avanços no campo legislativo em prol dos direitos da criança.

O art.62 da LDBEN foi o primeiro a determinar a necessidade de formação para o profissional da Educação Infantil. Segundo a lei, a formação do educador desse segmento deve ser “em nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal” (BRASIL, 1996). O texto certifica, também, a responsabilidade constitucional dos municípios na oferta de Educação Infantil, contando com a assistência técnica e financeira da União e dos estados.

Logo, em 1998, foi criado o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), documento que busca guiar o trabalho realizado com as crianças de zero a seis anos de idade. Esse documento visa estruturar melhor o papel da Educação Infantil, propondo uma junção entre cuidar e educar, o que hoje é considerado um dos grandes desafios que a Educação Infantil enfrenta (BRASIL, 1998).

Após o Ministério da Educação ter formulado o RCNEI, em 1999 formulou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), cujas propostas destacadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), ditam quais os objetivos e o foco da Educação Infantil no Brasil, guiando e ajudando as atividades com as crianças a partir das mudanças que, de forma gradual, fizeram parte da legislação nacional (BRASIL, 1999).

Outro documento importante a se destacar, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento começou a ser discutido na década de 1980,

quando os educadores brasileiros voltaram a debater sobre a qualidade da educação pública e mostraram a necessidade de criar um sistema nacional de educação apto a proporcionar acesso e permanência das crianças e dos jovens na Educação Básica (BRASIL, 2018).

Em 2015, foi apresentada uma versão da BNCC que apresenta uma organização pedagógica definida em quatro áreas: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. Em maio de 2016, foi publicada uma segunda versão da BNCC, a partir de levantamentos realizados nos Seminários Estaduais que aconteceu em todas as unidades da federação. Atualmente, em 2018 foi anunciada a terceira versão da BNCC. A elaboração do documento passou por mais discussões e alguns ajustes, sendo aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em dezembro de 2017.

A BNCC traz em seu texto seis direitos de aprendizagem na Educação Infantil os quais devem ser garantidos às crianças que estudam em creches ou pré-escolas. Esse documento também diz que é fundamental que a aprendizagem aconteça em:

Situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2018, p. 35).

Contemplam esses seis direitos: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Conviver diz respeito à convivência com adultos e crianças, que utilizam linguagem variada, ampliando o conhecimento entre o mundo; o brincar deve ser valorizado pois nesse momento ocorrem experiências emocionais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais que são fundamental para o desenvolvimento das crianças; a participação das crianças nas escolhas de brincadeira, materiais, espaços, é muito importante para desenvolver a tomada de decisões sozinhos; é de grande importância permitir que as crianças explorem sozinhas os materiais, espaços escolares; as crianças devem expressar suas emoções, dúvidas, questionamento, tudo que os ajuda a estimular diferentes linguagens; por fim é a partir do conhecer-se que a criança irá construir sua identidade pessoal, social e cultural (BRASIL, 2018, p.36).

A partir do exposto, a Educação Infantil, juntamente à creche, passa a ser vista como a junção do educar e cuidar. Cuidar significando que as necessidades

básicas da criança sejam atendidas e educar, pois deve oferecer à criança possibilidades de novas descobertas e aprendizados.

2.2 A criança de zero a três anos: Contexto histórico e aspectos do desenvolvimento

Nesta parte será trabalhado um pouco sobre o contexto histórico da infância e criança, como também algumas questões referentes ao desenvolvimento infantil, dando ênfase ao bebê de 0 a 3 anos, levando em consideração que esse período é aquele em que a criança sofre diversas e significativas mudanças motoras, cognitivas e emocionais de seu desenvolvimento integral.

O entendimento da criança, inicialmente, foi investigado e delineado por estudos realizados pelas áreas da Medicina e da Psicologia e, posteriormente, áreas da Filosofia, Antropologia, História e Sociologia começaram a se aprofundar no debate, tendo em vista que, em um determinado momento, a Medicina e a Psicologia não davam mais conta do universo que existia ao tentar entender o mundo da criança.

“[...] Infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é em função das transformações sociais [...]” (KUHLMANN JR, 1998, p. 16). De acordo com essa posição do autor, ao longo dos séculos têm sido criados muitos estudos sobre a história da infância, os quais, de forma efetiva, compreendem o universo da criança em suas particularidades.

O sentimento pela infância nem sempre existiu. Nota-se a falta de sentimento pela infância na Idade Média (Séculos XIV, XV), de acordo com a citação de Ariés (1978), o qual afirma que “[...] à arte medieval desconhecida a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÉS, 1978, p. 50). Ou seja, a família não notava as necessidades específicas das crianças, não as viam como um ser com particularidades ou que precisam de um tipo diferenciado de atendimento.

Nesta época, as crianças eram vistas como adultos em miniatura, porque assim que apresentavam alguma independência física, já eram colocadas para fazer parte do trabalho juntamente com seus pais ou algum adulto. Os pais contavam com a mão de obra de seus filhos para realizar plantações, produção de alimentos nas

próprias terras, caças, pescas e, por esse motivo, assim que as crianças tinham o equilíbrio e conseguiam se manter em pé, já contribuía para o sustento da família.

Por ter essas condições de vida, as crianças não passavam pelas importantes fases do brincar, estudar e se divertir, como ocorre com as crianças de hoje, ou seja, não passavam pelo período da infância e juventude, entravam direto no mundo do adulto. A educação escolar era apenas de técnicas, de aprender como fazer.

A partir do século XV, a estrutura de ensino passou a ser um identificador da ausência de um conceito específico para infância. Não havia instituição escolar e os educadores ministravam aulas em lugares públicos: igrejas, mercados e praças, entre outros locais, para grupos de estudantes que não se dividiam por idade.

Como não existia essa diferenciação e nem separação de conteúdo para mais velhos ou mais jovens, notava-se um aprendizado da vida, a partir da convivência direta e cotidiana, entre criança, jovens e adultos, por isso ainda não se verifica a existência de um padrão de educação infantil. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (ARIÉS, 1981, p.14).

Quando chegou o período da Revolução Industrial, (Séculos XVI e XVII), houve uma mudança na postura das famílias e as crianças passaram a ser foco de interesse dos adultos. Surgiu, então, a chamada família moderna, que passou a ter um maior interesse na educação de suas crianças. Essa mudança resultou em sentimentos afetivos e mais cuidados, passando a perceber que a criança fazia parte da continuidade familiar e que também era um ser gentil, carismático, afetuoso e cheio de graça. Nesse momento, a criança passou a ser paparicada, ou seja, tratada com afeto, cuidado e atenção.

Nota-se esse novo sentimento pela infância com a afirmação de Ariés (1978) “[...] em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para os adultos, um sentimento que poderíamos chamar de paparicação (ARIÉS, 1978, p. 158).” Outro sentimento que surgiu em oposição ao primeiro, no final do século XVII, no contexto eclesiástico, foi chamado de moralização.

A igreja, não concordando ao ver a criança simplesmente como um brinquedo encantador, preocupou-se em discipliná-la de acordo com princípios morais associados aos cuidados de saúde e higiene. A aprendizagem das crianças, que antes disso acontecia na convivência, no contato das crianças com os adultos em

suas tarefas cotidianas, passou a acontecer na instituição escolar. O trabalho com fins educativos foi substituído pela escola, que passou a ser responsável pelo processo de formação. As crianças foram, então, separadas dos adultos e mantidas em escolas até estarem “prontas” para a vida em sociedade. (ARIÉS, 1978).

A escolarização passou a ser uma forma encontrada pelo Estado para manter o controle na sociedade, fazendo com que houvesse apoio da igreja, a qual se observa, na escolarização, uma forma de intensificar os preceitos religiosos e de proporcionar e garantir seguidores em longa escala, pois, dessa forma, a instituição iria manter seu poder na sociedade. Sendo assim, torna-se evidente que essa preocupação forçada com as crianças do século XVIII era apenas uma forma de moralizar e discipliná-los, priorizando uma ideologia, de ordem religiosa.

A criança, então, saiu do anonimato e, lentamente, ocupou um espaço de maior destaque na sociedade. Essa evolução trouxe modificações profundas em relação à Educação, uma vez que esta teve que procurar atender às novas demandas desenvolvidas pela valorização da criança, pois a aprendizagem, além da questão religiosa, passou a ser um dos pilares no atendimento à criança. Segundo Loureiro (2005):

[...] nesse período começa a existir uma preocupação em conhecer a mentalidade das crianças a fim de adaptar os métodos de educação a elas, facilitando o processo de aprendizagem. Surge uma ênfase na imagem da criança como um anjo, “testemunho da inocência batismal” e, por isso, próximo de Cristo (LOUREIRO, 2005, p.36).

No século XIX, desenvolveu-se o setor privado da Educação pré-escolar, ou seja, os primeiros jardins de infância particulares, dedicados a atender, quase que em sua maioria, a alta aristocracia da época, com a principal função de cuidar, higienizar, educar e transmitir os valores sociais e morais da elite dominante. De acordo com Kuhlmann Jr. (1998):

[...] o setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites, com os jardins-de-infância, de orientação froebeliana, teve como principais expoentes, no Rio de Janeiro, o do Colégio Menezes Vieira, fundado em 1875; e em São Paulo, o da Escola Americana, de 1877. No setor público, o jardim-de-infância anexo à escola normal Caetano de Campos, de 1896, (...), atendia aos filhos da burguesia paulistana (KUHLMANN JR, 1998, P.82).

Kuhlmann Jr (1998) explicou que os chamados jardins de infância, voltado às crianças da classe burguesa, já demonstravam aspectos mais educacionais, o que os diferenciava da função primordial de guarda reservada às creches para as classes populares. O termo *asilo para crianças* denominava as instituições com a

função de guarda da criança pobre no período diurno, com a função de evitar o seu abandono.

Com o passar das duas décadas iniciais do século XX, aparecem as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil, além disso, “[...] a recomendação da criação de creches junto às indústrias ocorria com frequência nos congressos que abordavam a assistência à infância” (KUHLMANN JR, 1998, p. 85).

Em 1919, criou-se o Departamento da Criança no Brasil, com a ajuda do Instituto de Proteção à Infância, visando realizar tarefas como o histórico sobre a situação da proteção à infância no Brasil; fomentação de iniciativas de amparo à criança e à mulher grávida pobre; publicação de boletins; divulgação de conhecimentos; promoção de congressos; o encaminhamento rumo ao bom emprego das leis de amparo à criança; uniformização das estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil, na qual a responsabilidade estaria nas mãos do Estado, sendo mantido, na realidade, por doações.

Em 1940 o setor público deu origem ao Departamento Nacional da Criança, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, o qual concentrou o atendimento às crianças. Em 1941, criou-se o Serviço de Assistência a Menores, destinado aos menores delinquentes e abandonados.

A partir da década de 1970, a importância da Educação Infantil passou a ser reconhecida pelo Estado no plano ideológico, já que a legislação não havia determinado sobre o direito da criança e dever do Estado. Contudo, as políticas governamentais começam a ampliar o atendimento, em especial às crianças de quatro a seis anos, principalmente por conta do aumento da evasão escolar e da repetência das crianças das classes pobres no ensino primário. Diante desse acontecimento, a educação pré-escolar é indicada para solucionar as carências culturais destas crianças para que consigam sucesso no ensino escolar.

Concebeu-se, então, no Brasil, uma política de atendimento à infância pautada na preparação e na educação compensatória para a inserção da criança no ensino escolar; um modelo de atendimento em massa, com menor custo possível, com o objetivo de atender um maior número de crianças das camadas populares, o que relevou a presença dos interesses neoliberais dos organismos internacionais.

Em 1988, a Constituição Federal definiu o atendimento institucionalizado às crianças como direito social, conforme dispõe art.208, inciso IV: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em creche e

pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988). O art.227 dispõe sobre os direitos da infância brasileira de forma abrangente:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a sobrevivência familiar comunitária. (BRASIL, 1988)

É inaugurado no Brasil, um extenso processo de transformação do caráter assistencial para o educacional, o atendimento das crianças das creches e pré-escolas e a educação de zero a seis anos de idade como direito da criança e não da mãe trabalhadora. A recomendação legal de uma função educativa ao atendimento institucionalizado da criança desencadeou discussões sobre o tipo de trabalho pedagógico adequado a esse segmento; sua normatização, a revisão do papel dos professores junto à necessidade de formação específica, além das diretrizes curriculares a serem seguidas.

Em 1990, há um fortalecimento da nova concepção de infância, garantindo, em lei, os direitos da criança enquanto cidadã. Institui-se, então, o ECA e, em 1996, a nova LDB, Lei nº9394/96, incorporou a Educação Infantil como primeiro nível da Educação Básica e formalizou a municipalização dessa etapa de ensino.

Pode-se observar que a ideia de infância vem se construindo de acordo com a história e representa os valores e interesses presentes na sociedade em diferentes épocas. A infância hoje é resultado de várias transformações socioculturais acontecidas, principalmente, durante o século XX, no qual se mudaram valores, representações e papéis da criança e do adolescente dentro da sociedade.

Nas concepções atuais, as crianças passaram a ser consideradas como um ser competente, com necessidades e modo de pensar e agir; modos que lhe são próprios. No entanto, as representações de infância variam conforme a colocação da criança na família e na classe social, a questão de gênero, etnia, grupo etário, ou seja, na sociedade em geral.

Até então foi falado sobre a história da infância e da criança, de acordo também com as Normas Legais. A seguir são apresentados os aspectos que denotam o desenvolvimento da criança de zero a três anos.

2.2.1 O desenvolvimento da criança

Os bebês de zero a três anos se desenvolvem progressiva e constantemente, tanto em seu aspecto físico, como emocional, cognitivo e social. Tal desenvolvimento é de imensa importância para os avanços que ocorrerão futuramente e que durarão até a fase adulta do indivíduo. Dizendo de outra forma, é nesse período que as crianças pequenas aprendem, por exemplo, a andar e se locomover, aprendizagem esta que perdura e é necessária por todas as outras etapas da vida.

De acordo com as autoras Helen Bee e Denise Boyd (2011), “a cada semana de gestação o bebê apresenta uma nova formação corporal e um novo desenvolvimento” (BEE, Helen; BOYD Denise, 2011, p. 58). Como vemos no quadro abaixo:

Quadro 1- Marcos do estágio fetal

Período	O que se desenvolve
Semanas 9- 12	Impressões digitais; reflexo de preensão; expressões faciais; deglutição e “respiração” rítmica de líquido amniótico; micção; genitália aparente; períodos alternados de atividade física e repouso.
Semanas 13- 16	Folículos pilosos; respostas à voz da mãe e a ruídos altos; tamanho de 20 a 25 cm; pesa 170g.
Semanas 17- 20	Movimentos fetais sentidos pela mãe; batimento cardíaco detectável com estetoscópio; lanugem (pelos) cobre o corpo; os olhos respondem à luz introduzida no útero; pálpebras; unhas; 30cm de comprimento.
Semanas 21- 24	Vérnix (substância oleosa) protege a pele; os pulmões produzem surfactante (vital a função respiratória); a viabilidade torna-se possível, embora a maioria nascida nesse período não sobreviva.
Semanas 25- 28	Reconhecimento da voz da mãe; períodos regulares de repouso e atividade; 35 a 38cm de comprimento; pesa 900g; boa chance de sobrevivência.
Semanas 29- 32	Crescimento muito rápido; anticorpos adquiridos da mãe; gordura depositada sob a pele; 40 a 43cm de comprimento; pesa 1,8kg; excelente chance de sobrevivência.
Semanas 33- 36	Movimento para posição de cabeça para baixo para o nascimento; os pulmões amadurecem; 45cm de comprimento; pesa 2,3 – 2,7kg, virtualmente 100% de chance de sobrevivência.
Semanas 37+	Condição a termo; 48-50cm de comprimento; pesa 2,7 – 4kg.

Fonte: (BEE, Helen; BOYD Denise, 2011, p.63)

A partir do nascimento do bebê, ele já é introduzido em um ambiente com novas experiências e que requerem dele habilidades que precisam ser desenvolvidas, começando pela capacidade motora, sensorial e perceptual.

O desenvolvimento motor é muito, se não o mais perceptível, nos bebês de zero a três anos, o qual inclui desde movimentos bruscos aos movimentos manuais mais minuciosos. Segundo Helen Bee e Denise Boyd (2011), esses movimentos mais grosseiros se desenvolvem antes dos movimentos mais minuciosos, isso porque a criança vai adquirindo o equilíbrio e o controle do próprio corpo gradativamente e, de certa forma, esses movimentos perduram durante todas as idades posteriores.

O desenvolvimento motor inclui tanto habilidades de movimento – frequentemente denominadas habilidades motoras grosseiras, tais como engatinhar, caminhar, correr e andar de bicicleta – quanto habilidades manipulativas, frequentemente denominadas habilidades motoras finas, tais como agarrar ou pegar objetos, segurar um lápis ou enfiar linha em uma agulha. (BEE, Helen; BOYD Denise, 2011, p. 120).

Durante o período de desenvolvimento do corpo, os bebês adquirem também habilidades motoras que influenciarão diretamente o seu desenvolvimento cognitivo. Como os bebês, quando saudáveis, já nascem com suas habilidades sensoriais desenvolvidas, após estímulos, eles passam a desenvolver suas habilidades perceptuais.

Em estudos de habilidades perceptuais, os desenvolvimentistas perguntam o que o indivíduo faz com a informação sensorial – como ela é interpretada ou combinada. Os pesquisadores verificam que bebês muito pequenos são capazes de fazer discriminações notavelmente precisas entre sons, visões e sensações físicas, e que eles prestam atenção e respondem a 21 padrões, não apenas a eventos individuais. (BEE, Helen; BOYD Denise, 2011, p. 152)

Helen Bee (2011) se utiliza de dois autores que trabalham o desenvolvimento cognitivo do indivíduo: Piaget, que foi o primeiro a se interessar e esquematizar como o indivíduo se desenvolve de acordo com cada fase de sua vida, e Vygotsky, que vincula o desenvolvimento da linguagem ao cognitivo do sujeito.

A teoria de Piaget supõe que o bebê assimila informação dentro da série limitada de esquemas sensoriais e motores com os quais ele nasceu – tais como olhar, escutar, sugar e agarrar – e acomoda aqueles esquemas com base em suas experiências. Este é o ponto de partida para todo o processo de desenvolvimento cognitivo. (BEE, Helen; BOYD Denise, 2011, p. 171)

Piaget (2015, p.106) e sua equipe de pesquisadores, fazem uma divisão do desenvolvimento humano e distinguiram quatro períodos, e de acordo com eles, os

critérios para determinada distinção não foram inventados *a priori*, mas descoberto por eles empiricamente. São esses os períodos:

Quadro 2- Períodos do desenvolvimento humano

<p>Primeiro período: Sensório motor (ou prático) por volta de 0 – 2 anos</p>	<p>Trabalho mental. Nessa fase, a criança se concentra nas sensações e nos movimentos. Ela começa a entender o que as sensações significam e como os movimentos dela podem levar a alterações no mundo exterior.</p>
<p>Segundo período: Pré-operatório (ou intuitivo) por volta de 2 – 6 anos</p>	<p>Nese período, é desenvolvido a capacidade simbólica (símbolos mentais: imagens e palavras que representam objetos ausentes); explosão linguística, características do pensamento (egocentrismo, intuição, variância): pensamento dependente das ações externas.</p>
<p>Terceiro período: Operatório-concreto por volta de 7 – 11anos</p>	<p>Essa fase é marcada pelo início do pensamento lógico concreto. Nela, começa a aparecer a capacidade de ação interna, características da operação reversibilidade, invariância, conservação, quantidade, peso, volume, capacidade de seriação e de classificação.</p>
<p>Quarto período: Operatório-formal (abstrato) por volta de 11 anos</p>	<p>O último estágio escrito por Piaget tem seu início já na pré-adolescência, no momento em que a criança é capaz de manipular, também, representações abstratas, fazendo operações com conceitos que não possuem formas físicas, como certos conceitos matemáticos.</p>

Fonte: (PIAGET, 2015, p. 106).

O período que será aprofundado será o primeiro, “Sensório-motor”, por se tratar de crianças desde o nascimento até os 2 anos de idade. Essa denominação foi utilizada, porque é entre os primeiros anos de vida que a criança começa a perceber o mundo e faz parte dele, descobrindo-o por meio dos movimentos de seu corpo. As crianças começam a agir não mais somente por reflexos, como também direcionam seus comportamentos tendo objetivos a alcançar.

Esse período se divide em 6 subestágios:

Quadro 3 – Subestágios do período Sensório-motor

Primeiro subestágio (Nascimento até por volta de 1 mês)	Nesse primeiro momento, os bebês trabalham os seus reflexos inatos e passam a ter um controle maior sobre eles. Ainda assim, não conseguem coordenar as informações dos sentidos e não pegam objetos que estão olhando.
Segundo subestágio (por volta de 1 a 4 meses)	Os bebês aprendem a repetir sensações boas descobertas por acaso. Isso foi chamado de reação circular primária, por Piaget. O bebê começa a notar os sons e agarrar objetos, além de começarem as primeiras adaptações.
Terceiro sub estágio (por volta de 4 a 8 meses)	Nesse subestágio, os bebês passam a se interessar mais pelo ambiente e tendem a repetir e prolongar experiências mais interessantes. Nota-se que o bebê faz isso de maneira intencional.
Quarto subestágio (por volta de 8 a 12 meses)	O comportamento do bebê passa a ser mais intencional a partir das experiências e comportamentos já aprendidos para atingir os seus objetivos. Os bebês começam a expressar os seus desejos, começando assim a engatinhar para conseguir alcançar e pegar algum objeto que esteja longe.
Quinto subestágio (por volta de 12 a	Este subestágio relaciona-se à

18 meses)	tentativa e erro. Os bebês demonstram curiosidade e experimentam novas experiências e comportamentos para ver o que pode acontecer. Logo quando começam a andar, os bebês passam a expressar suas vontades com mais facilidade e conseguem explorar mais o ambiente em que se encontra.
Sexto subestágio (por volta de 18 a 2 anos)	Esse é o último subestágio que vem como uma transição para o estágio pré-operatório. A criança desenvolve a capacidade representacional, ou seja, já conseguem representar mentalmente objetos e ações na memória e, também, utilizar palavras, gestos e símbolos. São capazes de imitação diferida, isto é, imitar algo que não está na sua frente.

Fonte: (COLE & COLE, 2003; PAPALIA et al, 2006)

Já o desenvolvimento infantil, de acordo com Vygotsky (2000), está relacionado na interação com o meio, ou seja, a criança aprende para apenas depois se desenvolver, sendo assim, o desenvolvimento de um ser humano acontece pela aquisição/aprendizagem de tudo que o ser humano construiu socialmente ao longo da história da humanidade.

Em Vygotsky (2000) podemos observar dois estágios. O primeiro é chamado de estágio primitivo ou natural que corresponde ao pensamento pré-verbal. Seria os gritos, o balbucio, as primeiras palavras.

Após o surgimento e desenvolvimento da linguagem, o bebê passa para o estágio de psicologia ingênua, que corresponde ao uso da linguagem para se comunicar, mesmo ainda sem entender qual o caráter simbólico.

Nota-se que o estímulo à linguagem do bebê, o nomear de objetos, a comunicação direta verbal e não verbal é de grande importância neste período. É através do outro que o bebê vai se familiarizando da linguagem usada pelos seus próximos, ponto importante e que deve ser trabalhado pelos educadores de creche,

que devem estabelecer diálogos durante todos os momentos de atividades e brincadeiras com os bebês.

No momento em que está sendo desenvolvido a linguagem de um bebê, é possível também observar alguns estágios, os quais Helen Bee e Denise Boyd (2011) “denomina de: fase pré-linguística, arrulho e balbucio.” (BEE, Helen; BOYD Denise, 2011, p.202). A primeira, fase pré-linguística, pode ser descrita como sendo aquela em que as crianças começam a ter contato com a linguagem, ou seja, antes mesmo do nascimento. Após o nascimento, o bebê irá usar o choro como primeira maneira de expressar sua linguagem e por volta de 1 ou 2 meses, é acrescentado nesse choro o arrulho, que pode ser traduzido em

fazer sons repetitivos de vogal, como uuuuuu. Sons como esse são geralmente sinais de prazer e podem apresentar bastante variação, incluindo aumentos e diminuições no volume ou na intensidade. (BEE, Helen; BOYD Denise, 2011, p. 229)

Em seguida, a repetição de apenas vogais, passam a entrar combinações de consoantes e vogais, os quais Helen Bee e Denise Boyd (2011) chamam de balbucio.

Sons de consoante aparecem apenas em torno dos 6 ou 7 meses, quando pela primeira vez o bebê tem o controle muscular necessário para combinar o som de uma consoante com o som de uma vogal. (BEE, Helen; BOYD Denise 2011, p. 229)

Podemos notar cuidadores de bebês imitando os sons de balbucio que os mesmos realizam, o que pode ser instintivo ou intencional. Helen Bee e Denise Boyd (2011, p.229) dizem que, “essa imitação é de extrema importância para o bebê aprender a língua do meio em que vive”.

De acordo com a autora, as palavras específicas aparecem entre os 12 e 18 meses, quando as crianças podem aprender por volta de trinta palavras, aumentando significativamente durante os meses futuros.

Como foi observado nos expostos, um bebê de zero a três anos apresenta um desenvolvimento bastante ampliado, que vai desde os aspectos físico ao mental e social. Como foi apresentado neste subitem, os bebês necessitam desenvolver habilidades motoras, emocionais, perceptuais, linguísticas e cognitivas e estas, ao serem bem aprendidas e desenvolvidas, farão com que a criança consiga um bom desempenho em sua fase escolar. Destacando de outra forma, uma criança que tenha seu esquema corporal e cognitivo bem desenvolvido, ainda enquanto bebê, tem maior probabilidade de sucesso nas fases escolares posteriores.

2.3 Adaptação de crianças à creche

Geralmente, a inserção da criança na Creche acontece pela necessidade da mãe se inserir no mercado de trabalho, sendo necessário ocorrer a separação entre mãe e filho. Logo quando entra na escola, a criança se deparará com pessoas desconhecidas as quais terá que passar a conviver a partir de então.

Esse período de adaptação em creches significa os primeiros dias em que a criança frequenta a instituição. Seabra e Sousa (2010) diz que o termo adaptação se refere à uma acomodação ou um ajustamento, querendo dizer uma submissão a uma dada situação, seja ela favorável ou não. Dando, então, uma impressão de conformismo, fazendo com que vários autores sugiram substituir o termo adaptação por inserção e acolhimento, que trará à tona a função principal do que deverá acontecer com a criança dentro desse processo.

Podemos dizer que cada criança percebe o processo de variadas formas. Algumas percebem a escola como um lugar divertido, seguro, com amigos da mesma idade, estabelecendo rapidamente vínculos afetivos com a professoras e os outros colegas de sala. Outras podem entender o afastamento da família como um momento de muita angústia, solidão e sofrimento, fazendo com que a adaptação, como Ladwing, Goi e Souza (2013, p. 2 e 3) afirmam, seja um processo bastante doloroso para criança, de ansiedade para os pais e desafiante para os professores.

A criança, normalmente, manifesta seus sentimentos relacionados à adaptação à instituição por meio, principalmente, do choro, que é a reação mais temida pelas famílias, causando-lhes enorme desconforto. Rossetti-Ferreira (2000) afirma que o choro da criança é o fator que mais desencadeia a ansiedade dos pais.

Apesar da maioria das crianças reagirem à separação com essas reações citadas, outras conseguem vivenciar esse momento de forma tranquila e divertida. Isso acontece por terem sido preparadas anteriormente pela família ou ter irmão que já frequenta a escola, fazendo com que a criança aguarde com ansiedade viver essa experiência com ele, podendo, até mesmo, ser uma criança que possui uma facilidade em se adaptar a ambientes novos. Percebe-se com a afirmação de Reda e Ujii (2009, p. 10092) que, “o tipo de adaptação adequado varia muito de criança para criança, segundo suas características afetivo-emocionais e bastante em relação à idade da criança de ingresso na instituição educacional”.

Essas mudanças, a fase de adaptação na escola, além de ser difícil para as crianças, devemos lembrar que os pais sofrem também, sendo difícil para eles pensarem que seu filho está sendo cuidada por pessoas desconhecidas. É necessário também pensar sobre a família, principalmente sobre a mãe, educada socialmente para cuidar de seu filho e que tem, com ele, um vínculo afetivo muito forte.

Os familiares das crianças precisam de acolhimento tanto quanto as crianças. Eles podem ajudar no processo de adaptação, fazendo parte de algumas atividades previamente planejadas para esse período. É de grande importância que os familiares demonstrem o que estão sentindo ao deixarem as crianças na escola, demonstrem suas expectativas e deem sugestões que acharem necessárias. Existem alguns fatores que podem contribuir positivamente na relação da mãe com a creche, ajudando o processo de adaptação:

[...] uma boa organização do berçário, em termos de espaço, objetos, rotinas, favorecendo as interações de adultos e crianças, em um ambiente afetivo e acolhedor, evoca na mãe uma sensação boa e possivelmente traz à tona boas percepções com respeito a deixar seu filho na creche. O mesmo pode ocorrer 54 quando ela coloca seu filho no chão e o vê olhar com interesse para um bebê ao lado, esticando-lhe a mão em sua direção, sorrindo-lhe e vocalizando. Nesse momento, a mãe pode sentir-se capturada por uma emoção positiva, a qual a torna mais alerta para elementos positivos da creche (AMORIM *et al.*, 2000, p. 139).

Rizzo (2006) destacou que o período de adaptação “é sempre uma experiência dolorosa para a criança” e que esse período pode ser “mais ou menos longo e durar até mesmo poucas horas, mas sempre existe” (RIZZO, 2006, p. 161).

2.3.1 Práticas e Atitudes para promover a adaptação escolar na Educação Infantil (ou Creches)

Para que esse processo de inserção em um novo ambiente seja amenizado, algumas creches usam estratégias facilitadoras como: a presença dos familiares para permanecer com a criança nos primeiros dias; o aumento gradual da permanência do aluno na creche; o estabelecimento de um horário de chegada e saída. Essas são algumas estratégias que podem ajudar no processo de adaptação.

Ao fazer a programação das rotinas das crianças, nas instituições de Educação Infantil, o professor deve levar em consideração o cuidar, a alimentação, a higiene, o repouso, o educar e atividades que insiram o desenvolvimento infantil,

com destaque para o brincar e os valores sociais. Espera-se do professor um estímulo à expressão corporal da criança enquanto bebê e um aperfeiçoamento ao desenvolvimento de outras capacidades conforme vai crescendo, propiciando um ambiente confortável, acolhedor e estabelecendo vínculos afetivos:

A existência de um ambiente acolhedor, porém, não significa eliminar conflitos, disputas ou divergências presentes nas interações sociais, mas pressupõe que o professor forneça elementos afetivos e de linguagem para que as crianças aprendam a conviver, buscando as soluções mais adequadas para as situações com as quais se defrontam diariamente (BRASIL, 1998, p. 31).

Ter um ambiente acolhedor ajuda para o desenvolvimento da criança em todos os aspectos (motor, afetivo, cognitivo etc.). Considera-se, assim, que cabe ao professor um papel de grande importância na formação desses aspectos, pois é ele quem passa o maior tempo com a criança e será o responsável pela formação da personalidade da mesma, sendo que é nessa fase da vida que a criança vai construindo sua personalidade. Boas experiências irão contribuir para a formação de sujeitos seguros, confiantes, tranquilos, capazes de se relacionar com o outro, estabelecendo relações afetivas e enfrentando desafios e obstáculos.

Abordando a perspectiva de Seabra, Karla e Sousa, Sandra (2010), a instituição de educação infantil deve planejar o processo de adaptação de acordo com as suas concepções de educação e da criança, levando em conta a sua realidade, pois existem diferenças sociais e econômicas que particularizam as escolas infantis, o que faz com que o planejamento mude em consonância com o regimento interno escolar. Nesse sentido, Seabra e Sousa dizem que: “a instituição deverá se organizar de acordo com seu calendário e do número de funcionários que terá para disponibilizar para este processo” (SEABRA, Karla; SOUSA, Sandra. 2010, p. 211).

As autoras compreendem que seria ideal receber um certo número de crianças novas por vez, facilitando a atenção que receberão do educador, sendo estabelecido um vínculo de confiança mais rápido. Nos primeiros dias a criança ainda deve ficar na escola por um pouco de tempo, aumentando sua permanência de forma gradativa. Vale ressaltar que a participação dos familiares nesse processo é muito importante, sendo extremamente necessário que nos primeiros dias um dos responsáveis acompanhe a criança no período escolar, apresentando o ambiente, os professores, a escola como um todo e, aos poucos, esse responsável vá saindo de cena e deixando que o educador tome a frente com a criança.

A forma como acontece o acolhimento das crianças na educação infantil é muito importante e marcante durante toda a sua vida, por esse motivo é necessário que o acolhimento aconteça de forma prazerosa e agradável.

Trabalhar com a afetividade na adaptação é muito importante, pois contribui para o sucesso do acolhimento, porém para que isso aconteça é necessário que haja uma aproximação com a criança, para que o educador consiga sentir sua emoção, interagir com ela, facilitando a convivência e, a partir disso, conseqüentemente, a criança acabe se adaptando. Sobre esse ponto, Reda e Ujii (2009) dizem:

Criar um clima propício de aproximação não é tão simples. É preciso um olhar cuidadoso e atento para perceber o que aproxima as crianças. Esse tipo de ação contribui para a consolidação de vínculos afetivos e de vivência. Nesses casos, o que está em jogo é o exercício da convivência, são as pequenas ações que fazem prevalecer à comunhão de uns com os outros, a socialização, enfim a efetivação do processo de adaptação de sucesso. (REDA e UJII, 2009, p.10087).

Ao tratar do acolhimento nos primeiros dias de aula das crianças, é necessário ressaltar que esse acolhimento deve ser algo que aconteça não apenas quando a criança entra na escola, mas esse processo deve fazer parte do dia a dia da escola de educação infantil. Cisele Ortiz (2000) explica:

O acolhimento traz em si a dimensão do cotidiano, acolhimento todo dia na entrada, acolhimento após uma temporada sem vir à escola, acolhimento quando algum imprevisto acontece e a criança sai mais tarde, quando as outras já saíram, acolhimento após um período de doença, acolhimento por que é bom ser bem recebida e sentir-se importante para alguém. (ORTIZ, 2000, p.4).

Portanto, o acolhimento implica em fazer com que a criança se sinta bem, cuidada, querida, segura e protegida, perante qualquer situação ocorrida dentro da escola em que foi inserida, e, principalmente, que ela seja acolhida de forma afetiva, quando entra na escola pela primeira vez, a partir de um processo de adaptação planejado e executado considerando as necessidades individuais de cada criança.

Após o breve levantamento teórico apresentado, destaca-se a seguir o processo metodológico do presente estudo.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo, uma vez que:

“trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 1994, p.21).

Por meio dessa abordagem, buscamos conhecer e analisar o processo de adaptação escolar de crianças iniciantes no acesso à creche, em uma instituição particular no interior do Estado de São Paulo.

Segundo André (2005), o estudo de caso surge, na sociologia e na antropologia, ao final do século XIX e início do século XX. O objetivo era relacionar as áreas com aspectos da vida social. Foi também utilizado na medicina e Psicanálise, para fins de diagnose, tratamento e acompanhamento. Na Educação, o estudo de caso começa a se caracterizar nos anos 60 e 70 como um meio de descrever uma organização que poderia ser uma escola, um professor e/ou uma sala de aula (ANDRÉ, 2005).

Para Yin (1994), o estudo de caso é uma investigação empírica e um método abrangente envolvendo o planejamento e as técnicas de coleta de dados e, por fim, a análise dos mesmos. Esse tipo de pesquisa integra o contexto da prova durante e após a coleta dos dados. Yin (1994) caracteriza o estudo de caso em duas categorias: único e múltiplo. Para a presente pesquisa, utilizamos o estudo de caso único, composto pela análise do processo de adaptação escolar de crianças de uma sala de aula pertencentes a uma creche em uma cidade do interior de São Paulo.

3.1 Participantes

Os participantes foram dez crianças de uma sala de aula da instituição com idade entre um ano e oito meses a dois anos e oito meses do interior de São Paulo, três familiares das crianças, uma professora e a coordenadora da mesma instituição. Esses familiares são de classe alta e a maioria mora na área sul da cidade. Dois dos familiares participantes da pesquisa são participativos, e se preocupam com a educação dos filhos, comparecendo à todos eventos, reuniões, tirando dúvidas.

Apenas um deles não está muito presente, não vai a reuniões, não responde agendas, temos que estar sempre ligando para que seja possível um contato.

A coordenadora entrevistada tem 33 anos, é formada em Letras e Pedagogia, é mestre em Psicologia da Educação e Aprendizagem e Doutoranda em Educação. Trabalha há 5 anos com a Educação Infantil, sendo 2 anos como Coordenadora Pedagógica. A professora da sala, entrevistada, tem 36 anos é graduada em Pedagogia e tem título de Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Trabalha com a educação infantil há 16 anos.

3.2 Local

A pesquisa foi realizada em uma escola bilíngue localizada em uma cidade do interior de São Paulo, onde se encontram 6 turmas (Toddler, Nursery, JK, IK, Year 1, Year 2,). As salas contam com centros, como centro de matemática, ciências, fantasia, areia, água, brinquedos, leitura, música, arte, construção, habilidades e coordenação motora. A observação em relação às crianças aconteceu numa sala de aula de Toddler, que são as crianças de zero a três anos.

A instituição conta com uma diretora, uma coordenadora pedagógica, orientadora pedagógica, nutricionista, coordenadora administrativa, secretária, recepcionista, cozinheira, servente, 3 pessoas da limpeza, 11 professores, 8 professores assistentes, 12 monitores, 2 porteiros.

Cada sala de aula se encontram 3 profissionais, a professora, a professora assistente e o monitor. Na educação Infantil temos a nomenclatura Toddler (maternal I), Nursery (maternal II), Junior Kindergarten (maternal III), Intermediate Kindergarten (maternal IV). Até o Junior Kindergarten as salas de aula contam com apenas 3 profissionais (citados acima) todos comunicando em inglês, 100% do tempo pedagógico, a partir do Intermediate Kindergarten o período se divide em 50% inglês, 50% português, contando com 2 professores, 2 professores assistentes, sendo 1 professor e 1 professor assistente da parte de inglês, e outro de português, e sempre 1 monitor de inglês que atua em ambas as aulas.

3.3 Instrumento para coleta de dados

Para realizar a coleta de dados, Yin (2005) traz em suas obras seis fontes: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observações diretas, observação participante e artefatos físicos. Neste trabalho, usaremos as fontes: entrevista (com a professora, mães e coordenadora pedagógica), e observação direta.

Bogdan e Biklen (1994) observa:

Em investigação qualitativa, as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas. Podem constituir a estratégia dominante para a coleta de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas. Em todas estas situações, a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 134)

Foram utilizados três perguntas iguais para a coordenadora e professora, e outras três perguntas iguais para três familiares. Tais perguntas foram elaborados pela orientadora e a orientanda. Para a coordenadora e professora foram realizadas as perguntas: “Em sua opinião, como deveria ocorrer o processo de adaptação das crianças à escola”; “Em sua opinião, o que é o processo de adaptação escolar e qual a sua importância”; “Você acredita que nesse processo os pais e/ou responsáveis ajudam ou atrapalham?”. Já para os pais/responsáveis foram utilizadas: “Em sua opinião, o que é o processo de adaptação escolar e qual a sua importância?”; “Você se sente seguro ao deixar seu filho na escola? Justifique”; “Em sua opinião, como deveria ocorrer o processo de adaptação das crianças à escola?”

Tais instrumentos foram utilizados pois acreditamos ser uma fonte de informação, por tratar assuntos importantes no processo. Já na observação direta, foi realizada algumas anotações, de forma discreta, a fim de não constranger as pessoas na sala de aula.

Também, neste trabalho, confrontam-se os dados acolhidos com o referencial teórico, a fim de que a teoria esclareça a prática e que, essa prática, seja exemplificada na teoria.

4. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

4.1. As observações

Com o intuito de conhecer como ocorre o processo de adaptação escolar na creche pesquisada, foi realizado 60 dias de observações. Apresentaremos os resultados, seguidos das análises, dividido em: observações em relação aos pais e/ou responsáveis, observações em relação à escola e observação das crianças.

4.1.1 Observações em relação aos pais e/ou responsáveis

O contato que tivemos com os pais e/ou responsáveis foi uma semana antes das aulas começarem no ano letivo de 2018, em uma reunião de pais coletiva, na qual compareceram familiares de seis crianças. Nessa reunião, os pais estavam mais preocupados em como seria a rotina dos alunos e os conteúdos a serem estudados. O contato principal aconteceu no primeiro dia de aula em 05 de fevereiro de 2018, uma vez que foi o único dia que a escola possibilitou que os pais ficassem juntos com as crianças em horários determinados pela própria escola.

Uma vez que a sala de aula observada tem dez crianças, o período da manhã foi dividido pela escola em dois grupos de pais, com cinco crianças e pais/responsáveis em cada um, sendo o primeiro das 8h00 às 9h45 e o segundo das 10h00 às 11h45. Após esse primeiro dia o contato com as famílias é realizado por meio da agenda ou da coordenadora pedagógica que, quando necessário, agenda horários presenciais.

Nesse dia, notou-se diferentes estratégias dos pais lidarem com seus filhos. Alguns não se importavam com a criança, com a sala, ou com os professores e ficava o tempo todo no celular, enquanto outros brincavam, mostravam a sala, os brinquedos, as profissionais.

Nesse dia, uma criança teve um desentendimento com outra por conta de um brinquedo e, como os pais estavam lá, fomos orientados a ver se os pais tomavam a frente, caso contrário, poderíamos livremente atuar dentro de nosso papel de professor e intervir. Porém, nesse caso que tivemos, a mãe foi logo falar com a criança de forma bem agressiva, puxando-a pelo braço e falando sem parar que o que ele estava fazendo estava errado.

Foi muito importante essa rápida vivência com os pais, pois percebemos como os mesmos lidam com determinados comportamentos das crianças e também como as crianças são diante deles. Algumas não se importavam de brincar sem tê-los do lado, já outras não queriam que eles saíssem de perto delas, não permitindo nosso contato com as mesmas.

Alguns pais nos questionavam sobre como seria a rotina das crianças, sobre tarefas, atividades, unidades que iríamos estudar, alimentação, higiene. Esses pais que tiveram essas dúvidas, ao decorrer desses 60 dias de observação, não tiveram problemas ou dúvidas posteriores, também foram muito participativos, enviando materiais que pedimos via agenda, assim como respostas a recados.

No entanto, em alguns casos, foi necessário a intervenção da coordenação, pois não checavam as agendas, que é o nosso maior meio de comunicação e pelo qual enviamos notícias sobre as crianças, caso tenha acontecido algum incidente, bilhetes sobre eventos, unidades, materiais para levarem à escola.

É comum que os pais nessa etapa se sintam inseguros ou desconfiados com a escola. Há casos em que a adaptação dos pais é mais difícil do que a da própria criança. É de grande importância que nesse período de adaptação um familiar, mãe/pai/responsável assista à aula juntamente à criança, auxiliando na exploração do ambiente e na relação com os educadores que ali se encontram, de acordo com Rapoport (2005). A autora também menciona que os pais não devem sair escondidos, sem se despedir das crianças, pois podem fazer com que sua angústia só aumente e se sintam enganadas. As crianças devem saber que os pais/responsáveis a deixarão na escola por um determinado tempo e que irão voltar para buscá-las.

Como vimos, a escola, antes de começarem as aulas, realiza uma reunião de pais. Os familiares têm que conhecer o projeto político pedagógico da instituição, bem como as propostas para o ano letivo, fazendo com que esses encontros sirvam tanto para os pais acompanharem o desenvolvimento dos filhos, como para terem uma ideia de como ajudar os educadores nessa etapa de desenvolvimento.

É de extrema importância essa relação escola/família, pois facilita o processo de adaptação e os demais contatos. A LDBEN (BRASIL, 1996) destaca que essa parceria da escola com as famílias é rica por acreditarem que a prática educativa das escolas de Educação Infantil é entendida como “uma complementação à ação da família e da comunidade”:

A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, artigo 29).

É importante que os pais compreendam que essa participação na educação dos filhos demonstra para a própria criança que ela é valorizada, priorizada, e como é importante adquirir o conhecimento no ambiente escolar.

4.1.2 Observações em relação à escola

A escola foi preparada de forma acolhedora para receber os alunos e foi planejado uma semana de adaptação para as crianças de um ano e oito meses a dois e oito meses. Trabalharei com o período da manhã, no qual as aulas funcionam das 8h às 12h. No primeiro dia, as crianças foram divididas em 2 grupos, um das 8h às 9h45 e outro das 10h às 11h45, e foram acompanhadas com os pais. No segundo dia, continuamos com esses dois grupos, porém apenas com as crianças, sem acompanhamento. No terceiro, quarto e quinto dias, as crianças já passaram a ir o período todo, apenas três iam embora às 9h45, pois achamos que ainda não estavam preparadas como as outras crianças.

A professora planejou essa semana cuidadosamente, utilizando muito o lúdico para entretê-las e acolhê-las. Utilizamos de histórias, massinha, bolhas de sabão, legos, bonecas, carrinhos, músicas e passávamos metade do período no parque da escola, onde percebíamos que elas ficavam mais calmas e seguras.

A coordenação foi muito atenciosa com a adaptação e nos ajudou a semana toda. Tivemos ajuda da própria coordenadora, da supervisora e algumas auxiliares de outras salas também vieram nos ajudar na acolhida com as crianças.

De acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998), quando a criança entra na escola, logo no primeiro dia, os professores devem ter toda uma atenção especial e diferenciada voltada para ela, fazendo-as se sentirem bem acolhidas. Para facilitar o vínculo da criança com o educador, deve-se preparar o ambiente de forma adequada, providenciar alimentos próprios para a faixa etária, não proibir objetos de transições, como a chupeta ou paninho que as crianças costumam cheirar, entre outros.

Como nos orienta os Parâmetros Curriculares da Educação Infantil (PCNEI, BRASIL, 1998), ter esse ambiente acolhedor ajuda a propiciar situações de conflito

que promovem o crescimento da criança, auxiliando-a, desde pequenas, a enfrentar os problemas.

Um outro ponto que os especialistas, como Kishimoto (1999), consideram importante é em relação ao planejamento de atividades para crianças de até três anos. De acordo com Kishimoto (1999), “a criança que brinca sempre, com determinação auto-ativa, perseverando e esquecendo sua fadiga física pode certamente tornar se homem determinado, capaz de auto sacrifício para a promoção do seu bem e de outros”. (KISHIMOTO, 1999, p. 23),

Esse planejamento também precisa estar de acordo com os PCNEI (BRASIL, 1998): é necessário seguir os preceitos que estão nele contidos, a fim de oferecer uma educação de qualidade nessa fase da vida das crianças. Deve-se montar um roteiro de como será o dia, desde a entrada à saída dos alunos, pensar em espaços, materiais, tempos, como acontece realmente na escola em que foi observada.

Algumas atividades que podem ser realizadas com as crianças, nesse período são: músicas, brincadeiras de corporeidade e movimento, contação de histórias e conversas entre o educador e a criança, o que contribui para uma aproximação maior e favorece a construção de vínculos afetivos.

Trabalhar com bebês é difícil e complexo. É necessário, para isso, muito mais do que simplesmente gostar de crianças. Significa ficar durante uma jornada inteira de trabalho (que varia, em média, de seis a doze horas) cuidando de bebês, tanto em termos de suas necessidades básicas, como desenvolvendo propostas pedagógicas. Além disso, é preciso paciência para situações corriqueiras que ocorram com bebês e crianças pequenas, como o choro, a birra e outras reações estabelecendo limites e demonstrando atenção e carinho. E tais exigências são ainda maiores durante o período de adaptação, quando os bebês estão mais sensíveis e vulneráveis (RAPOPORT, 2005, p.20).

Um outro aspecto que foi observado na escola que nos chamou a atenção, e está de acordo com alguns especialistas, é a estratégia de organizar um horário reduzido que em “geral inicia-se com um período de duas horas por alguns dias” (RAPOPORT, 2005, p. 14) e vai aumentando gradualmente. Rapoport diz que esse processo é necessário por ser uma maneira de ter uma transição gradual entre o cuidado da mãe e o novo cuidado realizado pelo professor.

O período em que a criança permanece na escola deve ir aumentando aos poucos, a autora diz que deve começar com dois dias de três horas, um terceiro com quatro e ir assim até ficar com o horário normal. Já a mãe, ou responsável, deve ir se afastando pouco a pouco, até estar totalmente ausente. Para Rizzo (2003), algumas crianças podem levar aproximadamente 15 dias para estarem totalmente

adaptadas, algumas outras levam menos tempo e, por esse motivo, a autora defende que é fundamental considerar cada caso em particular e planejar com sensibilidade esse período de adaptação.

4.1.3 Observações das crianças

No primeiro dia não tivemos problemas de choro ou medo, pois as crianças estavam acompanhadas de seus pais, porém do segundo dia em diante todas as crianças chegavam chorando e, no momento em que acontecia a retirada dos pais, algumas utilizavam de gritos e agressões, como chutes e tapas

Tivemos um caso de uma criança que chorou por três semanas seguidas e, no período de adaptação, precisamos ter um olhar de maior atenção para o choro, pois pode representar uma manifestação de angústia; então, pensamos em intervenções e estratégias diferentes para que o choro cessasse. Além de oferecer diferentes propostas de atividades, também usamos o afeto, envolvemos o aluno, aconchegando-o, solicitando seu auxílio na organização de materiais ou para ajudar os colegas. Algumas outras estratégias foram utilizadas, como a mudança de espaço por um momento, a ajuda de outros adultos, até pedimos aos pais que deixassem que a criança levasse para a escola algum objeto de apego. O contato com a família e a ajuda deles, assim como da coordenação, foi essencial e, depois dessas três semanas, o choro dessa determinada criança foi encerrado.

Os demais choros foram parando aos poucos durante as duas primeiras semanas, algumas crianças choravam apenas para entrar na escola e logo paravam, porém percebemos alguns comportamentos que nos preocuparam. A partir da segunda semana, de dez crianças, duas começaram a morder. Com o passar das semanas, de duas crianças que mordiam, o número subiu para cinco, o que representava metade da sala. Acreditamos que essas crianças, que antes não mordiam, começaram a fazer isso por verem as outras fazendo ou por autodefesa.

Foram usadas diversas estratégias para reverter os casos. Conversamos com as crianças em sala de aula sobre as consequências da mordida, a importância de usar as palavras, o que a criança que recebeu a mordida sente e também foram enviados bilhetes aos pais para que trabalhassem esse tema em casa. Passadas cinco semanas, o caso se agravou e apenas duas crianças ainda não haviam

mordido ninguém. Foi então que a coordenação colocou mais uma monitora em nossa sala, ficando, a partir de então, com 4 profissionais.

Essa nova monitora ficava conosco das 9h às 11:30, que eram os momentos de parque, brincadeiras livres, escovação de dente, alimentação, os momentos em que normalmente ocorriam as mordidas.

Passados 50 dias, as mordidas foram diminuindo até que chegou um momento que não havíamos mais casos como esse. Foi um trabalho difícil, em que foi requerido muito esforço e conhecimento dos alunos, mas com a utilização do afeto e do diálogo, conseguimos fazer com que parasse.

As crianças, na etapa da adaptação, podem demonstrar diversas reações, sendo o choro a mais conhecida e muito comum e, normalmente, as crianças o manifestam na entrada da escola e quando os familiares vão buscá-las. Segundo Santos (2012, p.34):

O choro transmite o que os pequenos não sabem dizer. É preciso aprender a identificar a mensagem. Outro dado é o de que existem manifestações, como gritos, reações de mau humor, bater nas pessoas, deitar-se no chão, reações de passividade, de apatia, de resistência à alimentação ou ao sono, e comportamentos agressivos. A ocorrência de doenças também é bastante frequente. O bebê pode somatizar seus sentimentos em relação à separação, apresentando sintomas físicos, como febre, vômitos, diarreia, bronquite, alergias, etc. Esses sintomas devem alertar para possíveis problemas de adaptação, mesmo que o bebê não chore na escola (SANTOS, 2012, p.34).

Essa manifestação de emoção faz parte de todas as etapas da adaptação, pois é através dele que as crianças conseguem manipular o adulto responsável pela sua adaptação; também existem casos em que as crianças forçam vômitos, não se alimentam, mostrando que não querem ficar ali e sim com perto dos familiares.

A reação do choro é a mais temida pelas famílias, pois causam-lhes grande desconforto, Rossetti-Ferreira (2000) diz que, também, esse choro da criança é o fator que mais desencadeia a ansiedade dos responsáveis:

O choro da criança nos primeiros dias é, sem dúvida, a reação que provoca maior ansiedade nos pais e educadores. Quando não existe um trabalho orientado para auxiliar no processo de adaptação, os educadores acham, muitas vezes, que essa reação é inevitável, sendo mais aconselhável não lhe dar muita atenção, pois senão o choro se prolonga e a criança pode virar manhosa, querendo sua atenção a toda hora, o que não é possível na creche. Desta forma, permanecem passivos frente ao choro, acreditando que, com o tempo, a criança se acostuma e para de chorar até por esgotamento físico e emocional. (p.60).

A maneira como os professores e responsáveis lidam com o choro da criança é de extrema importância, em se tratando da adaptação. Caso os professores e os

pais tratem o choro com irritabilidade, considerando esse comportamento de maneira negativa, isso apenas fará com que a criança continue chorando, cada vez mais, o que dificulta o processo. Deve-se fazer o contrário, tentar acalmar a criança de forma tranquila, trazendo aconchego e segurança e fazendo com que esse choro cesse.

Como vimos nas observações, há diversas manifestações das crianças no processo de adaptação que expressam o quanto é doloroso para elas essa separação. Esse período é um processo que exige muito do emocional das crianças, que normalmente mostram seus desconfortos por meio de choros, febre, vômito, agressividade e, como citado, as temidas mordidas:

Os sintomas que as crianças apresentam como doenças, regressões, alterações de comportamento, etc., estão aí para comprovar que elas não falam que as coisas não vão bem somente chorando (BORGES, 2002, p.32).

A partir do nascimento do bebê, ele começa a perceber o mundo por meio da boca, do choro, do riso e do balbucio. Conforme crescem, aparecem os dentes e esses processos continuam, sendo o morder um outro meio dessa criança interagir com os outros, com o mundo, e perceber a consistência de algo, como provocar reações.

Nessa fase, até os dois anos, as crianças ainda são impulsivas, não verbalizam com certa fluência e a linguagem corporal vai se tornando mais fácil e eficaz. Algumas vezes por não ter essa verbalização, acabam se sentindo irritadas ou com ciúme e optam pelo caminho mais rápido de chamar a atenção, a mordida. Percebe-se que, conforme elas vão adquirindo a linguagem, esse comportamento muda fazendo com que encontrem novas formas de se relacionar com a mundo a sua volta.

O papel do educador nessa situação é o de oferecer situações em que seja estimulado o desenvolvimento da oralidade da criança como, por exemplo, uma conversa ou contação de história, ou seja, deve-se ir atrás de formas que controle seus impulsos.

É muito grande o impacto da linguagem sobre o desenvolvimento do pensamento e da atividade global da criança. Com a posse desse instrumento, a criança deixa de reagir somente àquilo que se impõe concretamente a sua percepção; descolando-se das ocupações ou solicitações do instante presente, sua atividade passa a comportar adiamentos, reservas para o futuro, projetos. (GALVÃO, 1995, p. 76)

O educador deve mostrar, como foi observado, no dia a dia que, através da fala, a criança pode conseguir o que deseja sem precisar bater ou morder o amigo. Ter uma conversa amigável, estabelecer combinados com a criança e evitar conflitos são alternativas que podem ajudar a criança.

4.2 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas na escola em que foi feita a observação no intuito de entender a concepção da coordenadora, professora e pais sobre o processo de adaptação. As perguntas serão apresentadas, assim como as respostas das participantes. Chamaremos as respostas das perguntas realizadas com os pais/responsáveis de C1, C2 e C3, sendo o C relacionado à cuidadores. Após a apresentação de cada bloco de respostas, realizaremos a análise.

4.2.1 Entrevista com a coordenadora

Iniciais do nome: TCR

Idade: 33 anos

Formação: Letras e Pedagogia

Pós-Graduação: Mestre em Psicologia da Educação e Aprendizagem e Doutoranda em Educação

Há quanto tempo trabalha com a educação infantil? 5 anos

1. Em sua opinião, o que é o processo de adaptação escolar e qual a sua importância?

“O processo de adaptação escolar é o momento no qual as crianças estão tendo contato com um novo ambiente, uma rotina diferente da casa delas, estão se separando dos familiares, muitas vezes pela primeira vez, então é um processo importante, porque a criança precisa ter confiança no ambiente escolar e nos professores, para se sentir confortável.”

2. Você acredita que nesse processo os pais e/ou responsáveis ajudam ou atrapalham? Justifique sua resposta.

“Depende dos familiares. Alguns acabam auxiliando por darem segurança às crianças, dizendo que a escola é um ambiente acolhedor, que elas estarão bem sem eles, que eles voltarão para buscá-las, alguns atrapalham no sentido de transmitir

insegurança para as crianças, então, às vezes, algumas mães sofrem nesse distanciamento das crianças, quando as deixam nos braços das professoras; às vezes, elas mesmo acabam chorando, então esse tipo de insegurança mostra para a criança que o ambiente não seja tão acolhedor”.

3. Em sua opinião, como deveria ocorrer o processo de adaptação das crianças à escola?

“Eu acredito que deva ser gradativa, quando se trata de crianças pequenas, entre 1 a 3 anos, para que não haja sofrimento para a criança ou para a família. Então, se possível, verificar se a criança chora muito: nesse caso, se a família conseguir vir buscar antes do período acabar, talvez seja mais importante do que a gente manter uma criança chorando copiosamente por longos períodos na escola. ”

Como foi notado, a coordenadora pensa a respeito da adaptação de acordo com os autores que estudamos nesse trabalho. Diz que a família deve ter uma participação positiva, que devem dizer à criança que a escola é um ambiente acolhedor, aconchegante. Podemos relacionar com Rapoport (2005), que destaca que a forma como a família, a mãe principalmente, trabalha, a entrada do filho na escola é um fator fundamental no processo de adaptação. A autora frisa que:

Às vezes, é mais difícil para os pais se separarem do bebê do que para o bebê se adaptar ao ambiente da creche. As mães podem ter sentimentos ambivalentes, conscientes ou inconscientes sobre deixar seu bebê aos cuidados de outras pessoas, como culpa, ciúmes, medo de que aconteça algo à criança ou de deixar de ser amada por ela. (...) Esse comportamento pode ser ruim para a adaptação, pois se é percebido pela criança pode transmitir a insegurança da mãe e fazê-lo pensar:” se minha mãe não confia nesse lugar, eu também não vou confiar” (RAPOPORT, 2005, p. 17).

A coordenadora concorda com Rapoport (2005), quando diz que a adaptação deve acontecer de forma gradativa. Essa estratégia, segundo a autora, é muito funcional e é recomendado que as professoras organizem um horário menor que, em “geral inicia-se com um período de duas horas por alguns dias” (RAPOPORT, 2005, p. 14) e vai aumentando aos poucos.

4.2.2 Entrevista com a professora

Iniciais do nome: SRQ

Idade: 36 anos

Formação: Pedagogia

Pós-Graduação: Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

Há quanto tempo trabalha com a educação infantil? 16 anos

1. Em sua opinião, o que é o processo de adaptação escolar e qual a sua importância?

“Acredito que seja extremamente importante todos estarem envolvidos e preparados, porque, principalmente, dependendo da idade da crianças, se for da idade de 2 a 3 anos, então exige muita paciência, eles choram bastante, demoram, tem aluno que se adapta melhor, tem outros que demoram um pouco mais de acolher; nessa idade, acolher a criança, fazer com que se sinta à vontade na sala, ela criar ligação, vínculo com os professores e eu acho extremamente importante ter esse período de adaptação, primeiro dia deixar o pai entrar, porque traz segurança para a criança.”

2. Você acredita que nesse processo os pais e/ou responsáveis ajudam ou atrapalham? Justifique sua resposta.

“Acredito que ajuda, porque é um ambiente novo, principalmente se é uma escola nova, se é a primeira turma, primeira vez que estão vindo para a escola, então acho que o pai entrando, permanecendo um pouco junto com a criança nesse ambiente, isso passa segurança pra eles, porque eles não vão ser jogados num lugar estranho, com pessoas estranhas, principalmente na nossa escola que é bilíngue, então a língua também é diferente para eles. ”

3. Em sua opinião, como deveria ocorrer o processo de adaptação das crianças à escola?

“Eu acho que tem que ser gradativo. Então no primeiro dia permanecer não o período todo, isso falo para os menores, os maiores já é diferente a adaptação, mas para os menores, não permanecer o tempo todo, os pais estarem juntos e aí, gradativamente, os pais vão se afastando, permanecendo na recepção da escola nos demais dias, de modo que a criança saiba que o pai e mãe estão lá e, se precisar, se a criança chorar muito, o responsável pode pegar a criança e levar embora, para não ser algo maçante, forçado, e passar segurança para a criança.”

Nota-se que a professora possui as mesmas visões da coordenadora e do que foi destacado no referencial teórico. A professora da sala concorda que a adaptação é muito importante para fazer com que a criança se acostume com os educadores e com o novo ambiente da escola, o que faz com que exija uma

sensibilidade e cuidado das educadoras e das famílias, para que não torne esse período de adaptação um trauma.

Acreditamos ser por esse motivo ela acreditar ser fundamental a presença dos pais na escola na adaptação e, mesmo depois, deve-se manter esse contato, a fim de obter melhor resultado no desenvolvimento da criança.

Como diz Amorim, Vitória e Rossetti-Ferreira (2000):

A integração {Educadora-Criança} pode ser, inicialmente, difícil. As reações das crianças diante da nova situação e do processo de construção das novas relações estão ligadas às experiências recentemente vividas e apresentam-se como elementos muito concretos: a rotina de cuidados, o cheiro de sua mãe e de sua casa, o sabor do bico do seio da mãe, da chupeta e da mamadeira; a temperatura, a luminosidade e as cores do ambiente, o número de pessoas com quem convive, os sons das vozes, o modo como a seguram e tocam etc (AMORIM, VITÓRIA E ROSSETTI-FERREIRA, 2000, p.134).

Essa fase de adaptação também diz respeito à organização do tempo que a criança permanece na instituição. Sendo assim, nos primeiros dias, como vimos no relato da professora, a criança deve ficar na creche, no começo, por um curto espaço de tempo, mais ou menos duas horas, e esse tempo deve ir crescendo gradativamente, até notar que a criança esteja adaptada.

4.2.3 Entrevista com pais e/ou responsáveis

1. Em sua opinião, o que é o processo de adaptação escolar e qual a sua importância?

C1= *“Primeiramente acho de grande importância, porque até então a criança só conheceu a sua própria casa, seus pais e os familiares, então esse contato com a escola na adaptação é muito importante para as crianças pequenas, porque vão conviver com crianças que nunca viram na vida, com pessoas com costumes e falas diferentes, então é assustador para eles, a escola que disponibiliza a adaptação é muito importante.”*

C2= *“Eu penso que o processo de adaptação escolar é de extrema importância para a criança, porque é o início e a introdução dessa criança no ambiente escolar, então tem que ser algo bem pensado, elaborado, com muitas estratégias, com muito acolhimento, paciência, porque é algo que é a primeira impressão que fica para a criança e pensar que algumas crianças estão na escola pela primeira vez na vida, ou primeira vez naquela escola, que é um ambiente*

diferente, então para mim o processo de adaptação é muito importante e deve ser acolhedor.”

C3= “Eu acredito que o processo de adaptação é um período que a criança tem para conhecer a escola e para se ambientar nessa nova etapa da vida deles e, também, para os professores terem o primeiro contato com as crianças. ”

2. *Você se sente seguro ao deixar seu filho na escola? Justifique.*

C1= “Durante todo o processo de escolha na escola eu tive todo esse suporte para me sentir segura, eles sempre conversaram sobre nossos receios, sobre como que a escola age durante a adaptação, me sinto segura e confio que minha filha esteja sendo bem cuidada na escola. ”

C2= “Sim, me sinto segura, porque eu acredito nos profissionais, acho que se a gente confia a educação do seu filho em alguém é porque esse alguém é capacitado para isso e a escola também é capacitada para assegurar que seu filho vai estar bem e vai dar conta de todas as questões pedagógicas e de segurança. ”

C3= “Sim, me sinto segura, mesmo porque eu visitei antes a escola, conheci os ambientes, conversei com as professoras e isso me deu segurança. ”

3. *Em sua opinião, como deveria ocorrer o processo de adaptação das crianças à escola?*

C1= “Eu, honestamente, acho que se for muito picado sofre demais, então acho que sim, um primeiro dia diferente, tranquilo, mas já deixar a criança conhecendo toda a rotina, pois eles se adaptam muito rápido, na minha opinião, então quanto mais demorar, mais tempo leva a adaptação. ”

C2= “Eu penso que o processo tem que ser lento no sentido de cuidadoso, para que os professores consigam ter um olhar cuidadoso de cada criança, como cada criança se comporta mediante os espaços físicos e as atividades propostas, deve ter um contato com os pais para que a gente nesse processo conheça os professores e saiba como é essa criança em casa e, como um todo, porque é uma adaptação para nós pais também. Então é isso, acolhedor, nós familiares sermos ativos, participativos. ”

C3= “Acredito que da forma que acontece aqui é a melhor forma, aos poucos, cada dia a criança fica por um período e esse período vai se alongando, para que eles se acostumem, se adaptem. ”

Todas os familiares entendem o processo de adaptação como um momento importante e necessário à vida da criança e dizem se sentir seguros ao deixar o filho

com as educadoras, por já terem visitado o ambiente escolar e conhecido as professoras em reuniões, o que facilita o contato da escola com a família.

É fundamental ter esse contato inicial com as famílias por meio da reunião inicial, pois nela os pais compartilham com os pais e professores seus medos, ansiedade, temores e tiram dúvidas. Como diz Bestetti (2007, p.65):

Fazer conhecer a creche, a modalidade de *inserimento*, das informações, mas sobretudo permitir aos pais de expressarem as próprias expectativas no confronto com o serviço e a preocupação relativa ao momento da separação é o objetivo principal da primeira reunião.

Nessa primeira reunião, a família é convidada pelos profissionais escolares a passar um certo período de tempo na escola, na primeira semana de aula. Essa presença de pais ou algum responsável é de extrema importância para efetiva adaptação das crianças.

Por meio das respostas do questionário, pode-se notar que, 2 respostas no total de 3, C2 E C3, concordam com o horário reduzido na primeira semana de adaptação, indo de acordo com autores citados, apenas uma, C1, não concorda dizendo que é mais sofrimento para a criança ter que ficar indo de forma “picada”.

Essa fala do familiar C1, faz com que concordemos com Yuste (2007) quando diz que:

“[...] os pais ignoram a importância dos primeiros dias da criança pequena na creche, talvez por falta de conhecimento sobre o assunto ou mesmo um descaso desconsiderando esse período, se não difícil para os pais ou instituições, pelo menos para as crianças” (YUSTE, 2007, p.1).

Também, Strenzel (2002) diz que quando se pensa no processo de adaptação, deve-se ir além do que se pode ver e tentar, buscando compreender as interações humanas. A adaptação, para ele, não tem como base acomodar a criança em um ambiente estranho e, simplesmente, aceitar a separação da família, que é expressa pelo fim do choro:

Inserção, ingresso, acolhida, não é uma questão de adaptação no sentido de modulação, que considera a criança como um sujeito passivo que se submete, se acomoda se enquadra a uma dada situação. É um momento fundamental e delicado que não pode ser considerado como simples aceitação de um ambiente desconhecido e de separação da mãe ou de uma figura familiar, ou de fazer a criança parar de chorar (STRENZEL, 2002, p.3).

Seria de grande importância que, antes mesmo da primeira reunião com os pais ou até mesmo em um momento da reunião, a escola realizasse uma palestra

mostrando essa grande importância da adaptação, a fim de que os pais fiquem cientes e possam colaborar de forma produtiva no processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho realizado, tínhamos como pergunta Como acontece o processo de adaptação escolar de crianças quando são inseridas na creche?, e nosso objetivo geral foi o de conhecer e analisar o processo de adaptação escolar de crianças iniciantes no acesso à creche, em uma instituição particular no interior do Estado de São Paulo.

Notamos que o processo de adaptação é ainda pouco falado e estudado, mas alguns estudos dizem que esse é um momento difícil que demanda tempo, planejamentos, organizações, consciência das dificuldades que acabam aparecendo e, principalmente, empenho de todos que estão envolvidos. O processo de adaptação é um período complexo que envolve a criança, a família, a escola, os educadores. Para que seja alcançado o sucesso, é necessário que se construa uma relação baseada na confiança, diálogo, afetividade, e segurança, propiciando o bem-estar de todos.

O RCNEI (BRASIL, 1998) diz que, para acontecer uma boa adaptação, é fundamental que a prática pedagógica dos professores esteja voltada a receber essa nova criança de modo a se (re)organizar a rotina, o ambiente escolar, oferecendo atenção especial nos cuidados com relação aos momentos de troca de fraldas, alimentação, sono, entre outros.

Vimos a importância de propiciar um ambiente que seja acolhedor, uma sala aconchegante, brinquedos e materiais variados, atividades encantadoras que chamem a atenção da criança. Acolher a criança vai além do educar, é o cuidar, com aconchego, afeto, portanto, é propor condições de aprendizagem num espaço que ajude no desenvolvimento das habilidades, interações sociais, conhecimento.

Durante as pesquisas e estudos, foram encontradas diversas estratégias de adaptação semelhantes entre si, se encontrando em alguns pontos e afastando-se em outros. Foram considerados como facilitadores dessa etapa, a presença de um familiar na escola, junto com a criança, nos primeiros dias, a fim de transmitir segurança e auxiliá-la a conhecer o ambiente e os profissionais, horários menores nos primeiros dias aumentando gradativamente, reunião com os pais/responsáveis antes de começar o processo de adaptação, explicando sua importância e para Rapoport (2005), também é importante para a escola e os professores pesquisarem

informações sobre a criança, a respeito da alimentação, doenças, medicamentos, assim como para tirar as dúvidas dos pais.

A família conhecer a escola, os professores e a prática pedagógica, contribui positivamente nessa etapa de adaptação, pois quando os pais se sentem seguros acabam transferindo isso aos seus filhos. Porém não se deve descartar que cada criança possui suas particularidades e cada uma delas é única, possuindo suas características e desenvolvendo seu ritmo.

Para finalizar, no presente trabalho também procuramos demonstrar que esse período da adaptação é um momento desafiador que requer conhecimentos e estudos sobre todo o processo, há dificuldades, porém, havendo comprometimento e envolvimento completo de educadores e famílias, é possível ver o afeto, o acolhimento ajudando na angústia e no sofrimento presentes nessa etapa, fazendo com que a criança cresça e se desenvolva emocionalmente saudável e feliz.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, K. S., VITÓRIA, T. & ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Rede de significações**: perspectiva para análise da inserção de bebês na creche. CINDEDI, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a06.pdf>>. Acesso em: 02 Set. 2018
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005.
- ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. LTC, 1978.
- _____. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BEE, Helen.; BOYD, Denise. **A criança em desenvolvimento**. Tradução de Cristina Monteiro; revisão técnica de Antônio Carlos Amador Pereira. Porto Alegre: Artmed. 2011.
- BESTETTI, G. **Piccolissimi al nido**: bambini, genitori ed educatrici al nido nel primo anno di vita. Roma: Armando, 2007
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BORGES, M. F.S. T.; SOUZA, R. C. (Org.). **A práxis na formação de educadores de Educação Infantil**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n ° 8.069, de 13 de junho de 1990.
- _____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> >. Acesso em: 21 Ago. 2018.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 1999. Disponível em: < <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf> >. Acesso em: 19 Ago. 2018
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil (RCNEI)**. Brasília: MEC/SEF, 1998. V.: 1.

COLE Michael. COLE, Sheila R. O desenvolvimento da criança e do adolescente. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DIESEL, M. **Adaptação Escolar, Sentimentos e Percepções do Educador Diante da Questão**. Revista do Professor, p.10, Porto Alegre, 2003

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 14. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

KISHIMOTO, T. M. (org.) **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1999.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

_____. **História da Educação Brasileira**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/ago, nº 14, 2000.

LADWING, Vânia Kunzler; GOI, Rosalina Elizete Pires, SOUZA, Jânia Loines Gonçalves de. **Adaptação e acolhimento na Educação Infantil**, 2013. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2013/EDUCACAO%20E%20DES%20ENVOLVIMENTO%20HUMANO/ARTIGOS/ADAPTACAO%20E%20ACOLHIMENTO%20NA%20EDUCACAO%20INFANTIL.PDF>>. Acesso em: 02 Set. 2018

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Alfabetização: uma perspectiva humanista e progressista**. Belo Horizonte. Autêntica, 2005.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PAPALIA, Diane E. OLDS, Sally W. FELDMAN, Ruth. **Desenvolvimento Humano**. MC Graw, 2008.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória**. Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, v.14, n.1, p.43-52, 1988

_____. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORTIZ, C. **Adaptação e Acolhimento: Um cuidado inerente ao projeto educativo da instituição e um indicador de qualidade do serviço prestado pela instituição**. 2000. Disponível em:< file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/acolhida-cisele-ortiz.pdf > Acesso em: 09 Set. 2018.

_____. **Interações: ser professor de bebês: cuidar, educar e brincar, uma única ação**. São Paulo: Bluncher, 2012.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015

RAPOPORT, Andrea. **Adaptação de bebês à creche:** a importância de atenção de pais e educadores. Cadernos de Educação Infantil, n 16, Porto Alegre: Mediação, 2005.

REDA, Maysaa Ghassan; UJIE, Nájela Tavares. **A Educação Infantil e o Processo de Adaptação:** as concepções de educadoras da infância. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 2009. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2496_1090.pdf>. Acesso em: 02 Set. 2018

RIZZO, G. **Creche:** organização, currículo, montagem e funcionamento. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSSETTI-FERREIRA, C.; VITÓRIA, T.; GOSUEN, A.; CHAGURI, A. C. (Org.). **Os fazeres na educação infantil.** 2. ed. São Paulo. Cortez, 2000.

SANTOS, E. P. **Adaptação de crianças na educação infantil.** Revista e-Ped – FACOS/CNEC Osório, v.2, n. 10, ago. 2012.

SEABRA, Karla; SOUSA, Sandra. **Educação Infantil.** Volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

STRENZEL, G.R. **Tempo de chegada na creche:** conhecendo-se e fazendo-se conhecer. Revista Zero a Seis. Seção Cotidiano na Educação Infantil. n. 6, ago./dez. 2002.

VYGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

YIN, Robert. **Case Study Research: Design and Methods.** (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1994

YUSTE, E. M. L. **Adaptação de crianças à creche:** uma comparação entre diferentes estratégias. 2007. 76 p. Monografia- Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007.

ZANG, Elisamar. **Um Estudo Sobre as Cores e sua Aplicabilidade em Ambientes de Creches Infantis.** Dissertação (Mestrado em Design). Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2012.